



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14194 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

## O AVANÇO DA ATUAÇÃO DO GRUPO BANCO MUNDIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

Sonia Maria Portella Kruppa - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Thiago Rodrigo Fernandes da Silva Santos - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

### O AVANÇO DA ATUAÇÃO DO GRUPO BANCO MUNDIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

**Resumo** O presente texto aborda uma reflexão em torno da atuação do Grupo Banco Mundial (BM) no campo da educação no Brasil. Por meio de uma pesquisa documental, debruçada na análise dos acordos firmados com o referido organismo, elenca-se alguns dos projetos executados. Os resultados apontam uma intrincada relação entre as diretrizes do BM e as reformas na educação brasileira, com ênfase nas áreas de avaliação/controle, Ciência e Tecnologia e planejamento. Constata-se, por fim, a necessidade de constante vigilância sobre o tema, para uma resistência propositiva em torno de tais atuações.

**Palavras-chave:** Banco Mundial, Educação, Avaliação/Controle, Ciência e Tecnologia.

#### Introdução

O trabalho em questão relaciona duas pesquisas concluídas que tiveram como base a atuação do Banco Mundial (BM) no Brasil. A primeira volta-se ao Projeto Inovação do Ensino Básico (IEB), empréstimo BM 3375-B, aprofundando estudos anteriores à luz das políticas atuais de privatização do ensino e que relacionam estruturas do BM às atuais Fundações privadas ligadas ao sistema financeiro e outra que analisa a ação do Banco junto ao ensino superior, Projeto *Science and Technology Reform Operation III (1997- 2004)* –

Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT III).

Ambas têm como objetivo analisar a aproximação dos propósitos do BM aos governos brasileiros. A análise é feita nos marcos do estudo do Estado capitalista. (OFFE, 1984, COMPARATO, 2014, MANNHEIM, 1968)

Criado em 1944, o objetivo o BM foi a reconstrução de alguns países europeus, o que o tornou embricado no desenvolvimento do Plano Marshall. A 2ª Guerra Mundial trouxe vantagens ao capital. O BM, como um organismo multilateral de apoio financeiro, foi e é um dispositivo econômico a favor dos EUA.

Constata-se a constância de suas condicionalidades. Elas incluem o diagnóstico inicial, que se trata de um conjunto de informações privilegiadas acerca dos países a quem o empréstimo se destina, facilitando as ações de controle usadas na vigência da chamada Guerra Fria (gestão de McNamara, 1968-81) e contribuindo para sua conformação como instituição alçada ao status idealizado de “Banco do conhecimento” (gestão de James Wolfensohn, 1995-2005). Na atualidade, o BM é composto pela atuação conjunta de cinco estruturas, interessando, nesta pesquisa, as que compõem a face pública (BIRD) e a que se volta à atuação privada (IFC).

Os empréstimos estudados ocorreram nos anos de 1990, período marcado pela gestão de James Wolfensohn (1995-2005), que impulsiona uma expansão de atuação do BM e uma reforma administrativa com as novas ferramentas da internet, pela disponibilização relativamente maior de documentos, também devido às ações internacionais de pressão, exigentes de transparência e que produziram os chamados Painéis de Inspeção. (NINIO, 2001)

São estruturas voltadas à comunicação institucional, numa conjuntura que impulsionou iniciativas de cooptação, dando um novo formato à atuação combativa de Organizações não Governamentais (ONGs), com o intuito de neutralizar sua atuação em eventos antiglobalização (Seattle/1999), nas rodadas de negociações da Organização Mundial de Comércio (OMC), fato que tensionou a flexibilização das fronteiras nacionais, acompanhadas do refluxo de fontes de recursos internacionais progressistas para a América Latina, que se voltaram ao Leste europeu com o fim da União Soviética.

## **Metodologia**

Foi realizado estudo bibliográfico e documental, com foco nos documentos relativos aos empréstimos e em algumas das avaliações nele determinadas. Cabem algumas considerações sobre o intrincado processo de pesquisa documental realizado. A informatização dos documentos do BM em 1990 e a “investida de transparência” daquele momento facilitou o acesso aos documentos dos projetos. Progressivamente, contudo, esse acesso foi se tornando mais restrito.

A análise documental exige a leitura do documento em si e do contexto em que ele se insere. Sua análise circunstancial nem sempre é facilitada. Há um confronto de documentações que exige exaustivos procedimentos de busca no Portal do BM, em que o pesquisador é obrigado a construir “sitiogramas” de referência. É necessário triangular essa documentação com políticas públicas do país e o levantamento de dados secundários. A compreensão da atuação do BM exige a correlação de documentos mundiais e regionais. (SANTOS, 2022)

Como documentos principais tomou-se, especialmente: Projeto Inovações no Ensino Básico (IEB) - documento inicial (BM, 1991); documento de balanço final do IEB (Report nº 19430); Comunicado Secretaria de Educação de 22/03/1995; IEB - Relatórios de Desempenho Físico Financeiro 1992 a 1997 e Metas para 1998; Pesquisa de Custo-Aluno e Custo eficácia da FIPE/SP/1994; Avaliação do Processo de implementação do Projeto IEB, contratada ao NEPP/Unicamp/1995; e Projeto *Science and Technology - Reform Operation III* – documentos principais.

### **Análise dos resultados**

As duas pesquisas revelam a existência tensa entre intervenções consentidas e intervenções cruzadas. Nas primeiras, manifestam-se resistências propositivas que resistem a determinadas normativas do BM e, na segunda modalidade, o governo, interessado no financiamento, apresenta ao Banco as suas diretrizes, que sofrem um processo de formatação e ao mesmo tempo alargam a ação e as bases de atuação local e internacional do BM, que divulga as experiências realizadas, induzindo a formação no país e em nível internacional de um pensamento mundializado em educação, fartamente publicizado. A segunda forma predominou no empréstimo paulista. Como ferramental potente da civilização capitalista, o BM usa de seu estratagemas: “não se trata de submeter pela força, mas de ludibriar pela dissimulação ardilosa”. (COMPARATO, 2014, p. 125)

O Banco considera o preceito matricial de ação conjunta sob a estrutura triádica de cooptação/formação/informação, parte de sua “arquitetura organizacional”, que tem como estratégia envolver/compromissar os dirigentes dos países em desenvolvimento no pensamento do BM. Além do recurso (proporcionalmente pequeno frente aos recursos totais disponibilizados no caso paulista e brasileiro), a pressão do processo que consolida o empréstimo, as formações e informações oferecidas (diagnósticos, cursos, seminários, *workshops*) e, desde os anos 1990, com as informações em rede e em tempo real, têm um peso significativo na estruturação de uma “mentalidade Banco Mundial”.

Uma forma de educação é parte da engrenagem e não se volta apenas a ela. Especialmente, nos anos de 1990, o conjunto das políticas setoriais do país, incluindo a sua estruturação administrativa e normativa, assumiram práticas gerencialistas, incorporando pressupostos neoliberais que abandonam ideais do planejamento democrático e participativo

dos anos de 1980, com a imposição de formas tecnocráticas de controles baseadas na avaliação.

Mesmo com variações discursivas quanto à pobreza, o BM assume um papel de protetor da ideia de que os investimentos nos níveis básicos de ensino favorecem a sua redução, aceitando que o incentivo governamental deva incidir sobre os níveis elementares, delegando os posteriores, especialmente o ensino superior, ao setor privado. (PEREIRA, 2010)

O projeto IEB/SP foi um laboratório de políticas em que se testou e consolidou instrumentos fundamentais ao processo de mundialização da educação segundo o pensamento BM: o Sistema de Avaliação de São Paulo (SARESP), base utilizada pela elaboração do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) ao nível do país, a formação de uma rede de instituições que trabalham na legitimação da proposta, envolvendo inclusive representantes das Universidades (*Advocacy*), o fortalecimento de Instituições para atuarem na formação de opinião pública (*think tanks*), referenciando processos de privatização que divulgam a excelência da opção privada em atividades anteriormente estatais.

É exemplo o caso da privatização da telefonia nos anos de 1990, no qual se sobressai a McKinsey. Nas políticas em geral, em especial, a FGV, considerada por várias vezes o maior *think tank* da América Latina, segundo o *Global Go To Think Tanks Index*. No campo específico da Avaliação o exemplo da Fundação Carlos Chagas.

Há uma força indutora do BM face ao relativamente pequeno valor do empréstimo. No Projeto IEB, o total foi de US\$ 245 milhões frente a cerca de 27 bilhões que totalizaram o orçamento do setor no período de vigência do Projeto. Valores gritantemente disparem à influência desse Organismo. Afirma-se que a força do BM não se explica apenas por sua atuação na educação e tampouco pelo valor de seus empréstimos. Na análise dos documentos iniciais de projetos – *Project Information Document (PID)* – relativamente ao Brasil, nos anos 1990, constata-se a presença do Banco em setores vitais do Estado brasileiro, da produção de energia à Floresta Amazônica, passando pelas reformas do Estado, privatização, previdência, ciência e tecnologia, educação e saúde, dentre outros.

A Proposta de Quadro Geral de Desenvolvimento (WOLFENSOHN, 1999) apresenta uma matriz de gestão integrada por quatro grupos: governo, organismos multilaterais e bilaterais, sociedade civil, em todas as suas formas (proeminência para as Organizações não Governamentais - ONGs e para o setor privado, essencial para a ciência e tecnologia, e para substituir o Estado em projetos de água, energia e comunicações).

O Banco Mundial afirma a racionalidade técnica-administrativa sobre a política, uma abordagem sistêmica do conjunto de elementos chave: a centralização da decisão administrativa e financeira e a descentralização da execução, orientada para a ponta do atendimento, via escola pública e/ou privada, o mercado como regulador do fornecimento ensino-mercadoria/ou a educação como serviço e não a educação como um direito, o privado

sobre o público e a participação da comunidade nos custos do projeto educacional.

Nesta política, a qualidade da educação foi reduzida à aferição de aprendizagem por meio das avaliações em larga escala, o currículo tem focado conteúdos mínimos centralizados em nível nacional e nas redes de ensino, e a gestão das escolas e dos sistemas educacionais está sendo orientada pelo gerencialismo em detrimento de uma democracia participativa.

Em se tratando da educação superior, o PADCT III foi planejado para funcionar da seguinte maneira: uma verba de cerca de US\$ 300 milhões seria investida na área de pesquisa e desenvolvimento; esse valor seria desembolsado pelo BM (US\$ 150 milhões), pelo Brasil (US\$ 100 milhões) e pelo setor privado (US\$ 50 milhões); os grupos de pesquisa que tivessem interesse submeteriam um projeto via Ministério da Ciência e Tecnologia; as propostas seriam avaliadas por pesquisadores nacionais e estrangeiros; os grupos de pesquisa que vencessem a disputa teriam seu planejamento contemplado com o recurso financeiro e com facilidades na importação dos materiais requeridos na pesquisa, quando fosse o caso.

Dentro dessa parceria esteve atrelado o desejo de inserir as Pequenas e Médias Empresas (PMEs) no circuito de produção de ciência e tecnologia. Ou seja, impulsionar as PMEs para que fomentassem a criação de laboratórios de pesquisas e, assim, produzir produtos inovadores que pudessem ser patenteados e gerassem lucros para a própria empresa.

As reformas na ciência e tecnologia, foco do PADCT III, surgiram em um tempo de supremacia do capital financeiro, marcado pelo deslocamento rápido dos locais de investimento. Sendo assim, dentre os três financiadores do Programa (BM, governo brasileiro e setor privado), o maior beneficiado seria o setor privado, pois, além de outros ganhos, estaria o de pessoal qualificado dentro de seus laboratórios. O desembolso do setor privado seria mínimo frente aos lucros com a venda de *royalties*, nos mercados nacional e internacional, que um produto desenvolvido poderia gerar.

## **Conclusão**

As pesquisas revelaram aspectos significativos da formação da agenda da política educacional pelo BM: a formação da burocracia estatal a partir de núcleos acadêmicos (brasileiros e americanos). O que foi particularmente importante na base do pensamento educacional dos governos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no período, em nível nacional e estadual. Forma-se uma “intelligentsia” consistente no poder, no que diz respeito ao setor educacional federal e estadual, em especial, que não se explica, apenas, pela identidade partidária. (MANNHEIM, 1968)

Nesse sentido, a forma de atuação do BM antecede e é referencial para a filantropia colaborativa utilizado pela Fundação Lemann e outras entidades com origem no setor financeiro e na expansão de plataformas variadas de difusão e de controle educacional.

A análise desses empréstimos e os principais ajustes feitos contribuem para a reconstituição de importantes elementos da agenda política da educação paulista e brasileira. No caso da educação básica, particularmente os objetivos educacionais, agora centralizados na padronização do currículo e nas avaliações externas, no processo de privatização e nas mudanças nas formas de atuação de agentes públicos e privados. No caso do ensino superior, a ampliação desmedida do financiamento público ao setor privado. (SILVA JÚNIOR, 2007)

Mediante ao panorama explicitado, o que se aponta é a constante necessidade de conhecer as maneiras de funcionamento do BM frente ao financiamento e a organização da educação. Dessa maneira, será possível compreender e, para além disso, desenvolver uma resistência propositiva para as tendências de privatização da educação no Brasil.

## Referências

BM. BANCO MUNDIAL. **Staff Appraisal Report (SAR): BRAZIL Innovations in Basic Education Project**. Washington, DC: World Bank Group, 1991.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Civilização Capitalista: para compreender o mundo em que vivemos**. SP: Saraiva, 2014.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. RJ: Zahar Editores, 1968.

NINIO, Alberto. Organizações Internacionais e responsabilidade: o caso do Paineis de Inspeção do Banco Mundial. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Ano III, n. 5, p. 61-67, dez. 2001.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado Capitalista**. RJ: Tempo Brasileiro, 1984.

PEREIRA, João Márcio Mendes. O Banco Mundial e a construção político-intelectual do “combate à pobreza”. **Topoi**, v. 11, n. 21, p. 260-282, jul./dez., 2010.

SANTOS, Thiago Rodrigo Fernandes da Silva. O Banco Mundial e a educação superior na América Latina: mapeamento de documentos e eixos articuladores de políticas. 2022. **Tese** (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. O longo período do esgarçamento do pacto social liberal. In: LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (Orgs.). **Liberalismo e educação em**

**debate.** Campinas: Autores Associados/HistedBR, 2007. p. 131-162.

WOLFENSOHN, James David. Proposta de Quadro Geral para o Desenvolvimento (Documento para discussão), 1999.